



ATA Nº 4/2017

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Aos vinte e quatro dias do mês de julho do ano dois mil e dezassete, no Auditório da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Carlos Jorge Coelho Neto nos termos do n.º 2 do artigo 8º do Regimento da Assembleia Municipal. Secretariaram a presente sessão as Deputadas Municipais Maria Eugénia de Jesus Reis e Carla Cristina Machado Rodrigues Dias (em substituição), respetivamente Primeira e Segunda Secretárias da Mesa. A Câmara Municipal de Rio Maior fez-se representar pela Presidente, Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais. Assistiram também à presente sessão os Vereadores da mesma Câmara Municipal, João António Lopes Cadoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- Nos termos da alínea j) do número 1 do Artigo 9º do Regimento da Assembleia Municipal, foram justificadas as faltas do Presidente da Assembleia Municipal António Manuel Silva Arribança e dos deputados João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira e Rui Miguel da Costa e Silva, procedendo-se às respetivas substituições dos primeiros dois.-

----- Pelas dezoito horas e quarenta e cinco minutos, verificando-se a existência de quórum (27 presenças), o Presidente da Assembleia em exercício deu início aos trabalhos da presente sessão (anexo 1). -----

----- Presidente da Assembleia Municipal -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal em exercício lembrou que se por tratar de sessão extraordinária apenas haverá lugar aos períodos de intervenção do público e da ordem do dia, conforme dispõe o n.º 2 do artigo 35º do Regimento deste órgão. Disse ainda que considerando que a sessão foi agendada para depois das dezoito horas, o período de intervenção do público tem lugar imediatamente antes da ordem do dia e, por isso, deu a palavra ao público presente para as intervenções e explicou as condições em que seriam feitas de acordo com o regimento da Assembleia Municipal, de forma a ser do conhecimento de todos os presentes. -----

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal -----



----- Não havendo intervenções passou de imediato à leitura da ordem de trabalhos, esclarecendo desde logo que em relação ao Ponto III e ao documento enviado em momento posterior à entrega dos documentos da ordem do dia, foi entendimento da Mesa que a informação prestada, por não alterar o conteúdo, poderia ser anexada sem mais formalismos constituindo um elemento esclarecedor do processo. -----

----- **PERIODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO** -----

----- **Ponto I – 3ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano e Plano Plurianual de Investimento 2017** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, acrescentando que esta revisão serve para incluir verbas para a execução de vários projetos, designadamente a execução do protocolo de colaboração que constitui o ponto II, a execução da ligação entre a Zona Industrial e a Estrada da Azinheira e também o contrato referente aos seguros de acidentes e doenças profissionais. Esclareceu ainda que nesta revisão foram ainda anuladas as verbas referente ao contrato de fornecimento de água e contrato de prestação de serviços para tratamento e deposição de resíduos, já que nesta altura se consegue prever o valor da despesa mais aproximado do real e alterar assim a estimativa feita inicialmente para o orçamento. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Para além dos esclarecimentos constantes na apresentação do ponto solicitou que lhe indicado concretamente quais os trabalhos ou projetos que deixaram de ser feitos no âmbito das águas e dos resíduos para que a verba possa ter sido transferida para os projetos agora incluídos nesta revisão. Acrescentou que embora a Coligação Democrática Unitária (CDU) considere os arranjos exteriores necessários, esta transferência de verbas não pode ser prejudicial para áreas como a água e o saneamento. Questionou para quando está prevista a finalização dos trabalhos de arranjos exteriores do centro de saúde e se até agosto não for cumprido o protocolo quais serão as consequências. Ainda relativamente à questão da água afirmou que este assunto continua a ser uma mancha negra para o município sendo que os rebentamentos são sucessivos e exemplo disso são os rebentamentos constantes que



se têm verificado na ciclovía. Saliou que 30% das freguesias continuam sem saneamento e existem 50% de perdas no que se refere à água. Terminou dizendo que gostaria que as referências feitas não fossem entendidas como campanha eleitoral porque considera que é a realidade que demonstra que tem sido tempo perdido, seja atualmente ou nos anteriores executivos, no que se refere a um projeto de desenvolvimento que, em entender da CDU, não existe, sendo esta uma governação que tem sido feita em função da captação de votos e não dos interesses da comunidade. No entanto, não obstante todas as referências feitas, indicou o sentido de voto como favorável pois considera que os arranjos exteriores a realizar no centro de saúde são imperiosos e urgentes. -----

----- **Deputada Vera Alexandra Costa Simões** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Acerca da questão do protocolo para execução dos arranjos exteriores do centro de saúde, solicitou que lhe fosse esclarecido, para além da participação do Município com uma verba de cerca de sessenta e oito mil euros, em que consistirá a participação da ARSLVT e qual o montante da mesma, porque considera razoável que havendo uma participação do município também haja uma participação igual ou superior por parte da entidade competente. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que o procedimento para a execução da obra dos arranjos exteriores do centro de saúde é um ajuste direto devido ao valor e que as verbas mexidas com esta revisão consubstanciam uma transferência de verba inscrita em despesa corrente e não de investimento, havendo assim um reforço da despesa de capital através da anulação de despesa corrente, ou seja, o valor que foi estipulado e orçamentado para o ano de 2017 para encargos com fornecimento de água e para contratação de serviços para tratamento de resíduos e deposição dos RSU's, foi excessivo e após análise técnica efetuada pelos serviços chegou-se à conclusão que poderia ser aplicado em outros projetos. -----

----- Acerca da participação do Município e da ARSLVT nos arranjos do centro de saúde esclareceu que esta última veio agora dar a possibilidade de se avançar com estes arranjos, há muito pedidos pelo Município, através da celebração de um protocolo de colaboração entre as entidades no âmbito do projeto de remodelação de todos os centros de saúde do país. Disse ainda que havendo da parte do município



disponibilidade para participar na execução da remodelação, a ARSLVT se disponibilizou mais rapidamente para a execução destas obras de requalificação em parceria, sendo que no acordo só vem refletido aquilo que calhará ao município executar. Mais referiu que o compromisso assumido é aquele que consta do protocolo e das plantas que o acompanham e que o compromisso da ARS é, até ao fim de agosto, fazer a remodelação dos atendimentos no centro de saúde, sem especificar valores das obras. Acrescentou ainda, para conhecimento, que existe já uma candidatura para uma nova USF, para recursos humanos e para a execução de obras de adaptação em vários espaços. Terminou dizendo que o que se propõe com este protocolo é que o município possa colaborar na execução das tão necessitadas obras de arranjos exteriores que dificultam a mobilidade naquele espaço tão frequentado, enquanto a ARSLVT ficará com as obras interiores a seu cargo. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes, com 27 votos a favor (27 presenças). -----

----- **Ponto II – Protocolo de colaboração com a ARSLVT para execução de arranjos exteriores, jardinagem e limpeza da zona envolvente ao Centro de Saúde de Rio Maior** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que todos os esclarecimentos necessários foram já prestados no ponto anterior e que havendo qualquer questão poderá esclarecer em conformidade. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Iniciou a intervenção por considerar que deve ser assumido que a correlação de forças que existe neste momento na Assembleia da República foi realmente quem permitiu esta solução política. Acerca do assunto em discussão disse que a saúde não é da responsabilidade camarária mas que efetivamente a atual situação de degradação de toda a envolvente ao centro de saúde urge ser resolvida e reafirmou que a fase que se vive atualmente permite novas parcerias, coisa que nunca foi possível no governo PSD/CDS, nem na Assembleia da República nem no Governo. Continuou dizendo que aquilo que guia a CDU é o superior interesse dos utentes e, como tal, indicou o sentido de voto como favorável, mas com a consciência de que as políticas de aniquilamento do serviço nacional de saúde desenvolvidas pelos governos ao longo das últimas décadas têm que ser invertidas a todos os níveis. Referiu ainda que nos últimos quatro



anos, através da participação na Comissão de Utentes de Rio Maior, tem contactado de perto com a realidade do concelho no que respeita aos problemas da saúde, sua denúncia, propostas de alteração e soluções. Deu conhecimento à Assembleia que a CDU tem um levantamento exaustivo da obras de manutenção e adequação necessárias no interior do centro de saúde que urgem ser realizadas independentemente daquilo que ao nível camarário vai ser feito no exterior e que espera que com esta intervenção conjunta fique resolvido quase que plenamente. Afirmou que a CDU se irá manter alerta para esta situação e também à reabertura das extensões de saúde que foram encerradas. Indicou novamente o sentido de voto favorável no superior interesse dos utentes mas deixou muito claro que aquilo que se está aqui a votar, aquilo que hoje se está aqui a fazer, deriva da nova correlação de forças existente na Assembleia da República e não por outra e qualquer situação. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Lembrou que com o anterior Governo estava também pré agendado no âmbito da delegação de competências da tutela para os municípios a questão dos equipamentos físicos. Disse ainda que da avaliação feita ao edifício pelo engenheiro e pelo arquiteto que fazem parte da equipa, foi verificado que no cômputo geral o edifício em termos estruturais não tem grandes problemas, tem sim necessidade de adaptações e manutenção para o tornar mais funcional. Disse, na sequência da intervenção anterior, que lhe custa que o reconhecimento daquilo que se conseguiu trazer para a comunidade seja feito ao Governo e não à Câmara Municipal porque, lembrou, quem lutou e demonstrou a necessidade desta intervenção em prol do bem dos munícipes, foi esta última. Lamentou que isso não seja reconhecido à Câmara e apenas ao Governo. Acerca dos valores utilizados esclareceu, novamente, que o investimento que tem sido feito na rede de abastecimento de água permitiu a redução de perdas e conseqüentemente libertou parte do montante estimado inicialmente previsto para o abastecimento de água e que pode ser investido neste projeto na área da saúde. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes, com 27 votos a favor (27 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior** que se transcreve na íntegra: -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----



----- “Gostava só de salientar a minha indicação e o meu sentido de voto, vai realmente no sentido de ver que finalmente há gente preocupada com o centro de saúde de Rio Maior. Ao que parece é António Costa e a sua geringonça, tenho pena que não seja a nossa Câmara Municipal, mas tenho mais pena que com uma situação tão sensível, que existe sensível há mais de vinte anos só agora os a arautos da verdade, estes paladinos da defesa intransigente de Rio Maior se lembrem que foi por este Governo chegar que se conseguiu resolver isto, e não porque tivemos um Executivo Municipal, todo ele, não estou a distinguir partidos, se alguém aqui o fez foi nesta Assembleia, todo ele se esforçou, obviamente com a nossa Presidente à cabeça, mas todo ele se esforçou para que isto seja uma realidade. Portanto, em meu nome, dar os parabéns a todo o Executivo Municipal, obviamente de forma muito especial na pessoa da Senhora Presidente, e lamentar mais uma vez que esta casa não saiba reconhecer o bem que é feito em Rio Maior e queira justificar com uma entidade que viver no éter, esta espécie de geringonça, todos estes, estas boas obras, estas benfeitorias que vêm chegando a Rio Maior.” -----

----- **Ponto III – Acordo de gestão com a Infraestruturas de Portugal, S.A. no âmbito da requalificação da Estrada Nacional 114** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou se trata de um processo que se arrasta há longos anos e que agora finalmente se irá concretizar. Referiu que tudo já foi dito acerca deste projeto e lembrou que a sua execução hoje se deve à sua inclusão num projeto de âmbito nacional para infraestruturas de apoio a áreas industriais e também à intervenção de várias entidades. Afirmou que enquanto uns pretendem uma nova ambição, a Coligação Juntos pelo Futuro (CJF) pretende resolver ambições antigas antes de partir para novas e que, seguramente, não é com braços cruzados que se consegue estes feitos e levar estes projetos a bom porto, lembrando que o protocolo para a realização deste projeto foi assinado em 2009. Deu conhecimento que o que agora se apresenta é o acordo que foi estabelecido e negociado entre as partes e no qual a Câmara Municipal assume a responsabilidade da negociação com os proprietários dos terrenos para se poder fazer o alargamento da via enquanto a Infraestruturas de Portugal se responsabiliza pela elaboração do projeto, que está praticamente finalizado. Lembrou que a obra será financiada pelo Governo a 85% e pela Câmara a 15%. Disse ainda que Câmara Municipal assume também a responsabilidade da iluminação pública e que existe já um protocolo aprovado com a empresa Sibelco



para a construção da rotunda que será da responsabilidade desta última. Considerou que a informação está completa com o acordo e uma panorâmica do projeto em anexo, assim como a definição dos valores repartidos pelas entidades devidamente discriminado nos elementos que foram a conhecimento de todos e que inclui a definição de responsabilidades de cada uma das entidades. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado João Figueiredo Vargas Lopes** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Desde logo demonstrou o seu agrado e satisfação por finalmente de passar à execução deste projeto assim como por saber que a empresa Sibelco irá participar com a construção da rotunda que em muito a beneficiará. Questionou ainda se nessa rotunda e nessas obras está contemplada a célebre ligação da EN 114 à Azinheira sobre a qual não se sabe nada em concreto e sobre a qual sempre foi levantada a questão ao longo dos últimos mandatos e aqui sempre defendida pela sua importância. -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Iniciou por se referir à posição geoestratégica de Rio Maior como um elemento estrutural e basilar para o desenvolvimento do concelho e elemento de atração de empresas e investidores. Considerou que foram perdidas décadas por não se ter apostado na requalificação da zona industrial, pela política praticada à época no que respeita aos terrenos e com a criação a Depomor, uma empresa com capitais mistos. Afirmou que o assunto em presença está por resolver há mais de uma década e considerou que se tivesse sido resolvido em tempo Rio Maior teria, certamente, mais empresas, mais emprego, melhores condições de acesso, mais segurança rodoviária, e que, apesar de vários papéis assinados anteriormente, foi necessário, voltou a frisar, uma alteração na correlação de forças na Assembleia da República e o afastamento do PSD e do CDS do Governo. Reafirmou que só esta realidade permitiu que a Infraestruturas de Portugal assumisse 85% do custo de execução desta obra. Solicitou ainda esclarecimentos acerca do processo de expropriações/negociações, os valores estimados para o efeito e onde é que elas se encontram. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior** -----

----- Interveio como representante da Freguesia de Rio Maior, área onde ocorre a intervenção, dizendo que esta em muito engrandecerá o tecido empresarial de Rio Maior, não só a antiga zona industrial como o novo parque de negócios e considerou



que todo o Executivo Municipal está de parabéns ao conseguir finalmente fazer concretizar esta obra. Manifestou, mais uma vez, alguma estupefação e dificuldade em ver a CDU a tecer largos elogios ao Partido Socialista (PS) e afirmou que da sua análise não consegue encontrar nenhum ministro da CDU em exercício, logo, continuou, a menos que a tal correlação de forças que tanto se fala funcione mais ou menos como um governo sombra, que não dá o peito mas colhe os louros e na altura de colher as dificuldades não está cá, é com muita pena que vê que em vez de governar se está a desgovernar. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Reiterou que este assunto a discussão é a reta final desta fase e simultaneamente o princípio de uma nova fase de um processo já iniciado em governos anteriores que deu origem ao protocolo assinado em 2009 e que foi sendo reajustado e alterado durante o anterior governo e que agora culmina neste acordo entre partes, fazendo novamente em pequeno resumo de todo o processo e do seu desenvolvimento. Referindo-se às expropriações/negociações disse que não estão ainda apurados valores ao certo, que o que existe é uma mera estimativa, e que o processo formal terá início logo após a aprovação deste acordo pelas diversas entidades competentes para o efeito. -----

----- Acerca da estrada de ligação da EN 114 à Azinheira leu parte constante de deliberação da Câmara Municipal de 2011 onde se faz referência exatamente a essa ligação e à sua execução, assim como da deliberação de 2016 onde é aprovado um novo traçado para a estrada de ligação, em duas fases distintas, conforme desenhos e memória descritiva anexas ao protocolo. -----

----- **Deputado João Figueiredo Vargas Lopes** -----

----- Questionou se poderá ser consultado o projeto referente a essa ligação para que possa esclarecer quando lhe é solicitado. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Disse que o projeto do traçado existe, está aprovado e que pode ser consultado nos serviços. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Antes de passar à votação acrescentou que enquanto cidadão riomaiorense lhe interessa mais o que de bom vem para Rio Maior do que propriamente o governo ou a correlação de forças que o traz. Afirmou que esta é uma obra desejada há já muitos anos, que se trata de uma obra estruturante e que vai beneficiar todo o tecido



empresarial e quem nos visita. Concluiu que em primeira instância isso é que realmente importa enquanto cidadão riomaiorense. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes, com 27 votos a favor (27 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** que se transcreve na íntegra: -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- “Relativamente a este ponto apresento a seguinte declaração de voto que é extensível ao ponto anterior. -----

----- Não poderia deixar de votar favoravelmente uma vez que é uma obra que interessa a toda a população riomaiorense e é muito esperada, como já aqui foi dito, há imensos anos por todos nós. Mas quer o segundo ponto quer o terceiro desta Assembleia, refletem trinta anos de não investimento, não manutenção, que deixou de ser feita por qualquer um dos governos que esteve em exercício no decurso destes trinta anos, recorde. Mais ainda, houve uma altura em que se prometia e não se fazia, quando se era encostado à parede aumentava-se os impostos e o “zé” pagava. Houve uma altura em que se prometia e depois infelizmente se chorava e se dizia que não se podia fazer devido ao estado de penúria do nosso país, e o “zé” aguentava. Chegamos agora ao novo formato em que se promete e nós, que já pagamos os nossos impostos, promete-se e passa-se a conta para o “zé” pagar. Recordo que eu votei favoravelmente mas que todos nós já pagámos impostos ao estado central, ao governo português, quer para as atividades de manutenção e funcionamento do centro de saúde, quer da Nacional 114 e a adaptação aos novos tempos. O que se passa aqui é que prometeram com o nosso dinheiro que vamos outra vez pagar.” -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Nos termos do n.º 7 do artigo 68º do atual Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal em exercício propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente sessão. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (27 presenças). -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram dezanove horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício deu por encerrados os trabalhos da presente sessão, da qual, e



para constar se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pela mesa. -----

----- **O PRESIDENTE DA MESA:** _____

----- **A PRIMEIRA SECRETÁRIA:** _____

----- **A SEGUNDA SECRETÁRIA:** _____